

REVISTA DE

DA BIBLIOTECA NACIONAL

História

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO

FNDE

PNBE
PERIÓDICOS
2013

VENDA
PROIBIDA



Guerrilheiros

Armas contra a ditadura

Rio e Buenos Aires: *hermanos* nas enchentes
Anchieta viu o diabo na pele dos protestantes
Óperas podem conquistar as salas de aula

ANO 8 | Nº 90 | MARÇO 2013

ISSN 1808-4001

9 771808 400002

00890



Ideais de chumbo

Houve um tempo em nossa História recente que as ideias empunharam armas. Foi o tempo da guerra de guerrilha contra o Estado ocupado pelo regime militar. Grupos revolucionários foram compostos por sujeitos comuns, operários, estudantes e políticos, com média de 15 a 30 anos e com pouca ou nenhuma intimidade com as armas. Assaltaram bancos, sequestraram autoridades, foram presos, torturados, exilados e eliminados clandestinamente. Entre eles, o julgamento de valores é complexo: é legítimo usar o terror contra o autoritarismo? Qual é a melhor opção entre a moralidade da resistência democrática e a liberdade revolucionária? Como se acostumar com a morte?

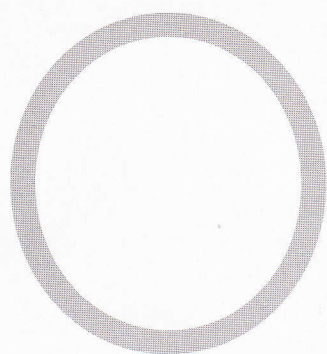
Minoria reprimida, ao olhar para fora das fronteiras brasileiras, os guerrilheiros acompanhavam outros movimentos formados nas décadas de 1960 e 1970. Hoje, algo como a “Unidade Federativa das Nações Latino-Americanas sob o regime socialista”, presente em programas revolucionários, parece mais velho do que é realmente.

Nas páginas que seguem, convidamos o leitor a uma experiência: conhecer as paixões daqueles indivíduos, e do quanto elas ainda agem sobre nós, na forma de ideologias ou mitos. Talvez revisitar um passado guerrilheiro possa ampliar o que nos acostumamos a chamar de identidade nacional.

EDSON TELES

Assim surge um revolucionário

Em um mundo polarizado entre capitalismo e comunismo, vem à tona o idealismo de jovens dispostos a pegar em armas contra a opressão



QUE LEVOU UMA SÉRIE DE GRUPOS DE ESQUERDA, nacionalistas e revolucionários, a empreender insurreições armadas no Brasil? E o que levou milhares de jovens a aderirem a um projeto de transformação radical do país?

Como consequência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a década de 1960 vai ser uma época de reconstrução das nações e das instituições de relações internacionais. O fim desse conflito ocorreu com o avanço das tropas aliadas, capitaneadas pelos Estados Unidos, e das forças nacionais ou de resistência ligadas à União Soviética. Ambas se dirigiram para a Alemanha a fim de derrotar o nazismo e



aliados fascistas. Berlim foi simbolicamente colocada no centro do encontro dessas grandes forças vencedoras, iniciando o período histórico conhecido como Guerra Fria. A Europa, então, se dividiu entre a parte ocidental – sob a hegemonia do bloco que defendia “a democracia e a liberdade” – e a oriental – “socialista”.

O termo Guerra Fria descreve bem aquele momento: oposição entre os dois blocos, mas sem ações militares diretas. Combates armados ocorriam somente em contextos locais ou nacionais. No imaginário das democracias liberais do ocidente, o inimigo encontrava-se dentro de seus territórios, alimentado pela denominada subversão comunista. A repressão aos movimentos revolucionários tornou-se prática constante nos países ocidentais, enquanto nos socialistas

impunha-se o apoio ideológico e logístico às ações que visavam derrubar o regime capitalista.

Foi nas décadas de 1950 e 1960 que eclodiram golpes militares interrompendo projetos de reformas nacional-estatistas, como ocorreu com a derrubada de governos eleitos na Argentina (Perón, em 1955), Bolívia (Paz Entessoro, em 1964) e Brasil (João Goulart, em 1964), todos apoiados pelos norte-americanos sob a justificativa de bloquear a expansão do perigo comunista. Os países alinhados ao bloco capitalista substituíram as declarações de estados de exceção por ideologias de segurança nacional. Não bastava, como em momentos anteriores, incluir aspectos autoritários no ordenamento jurídico e na política

das repúblicas liberais. Tratava-se, a partir de então, de instituir ditaduras com a justificativa de proteger a Nação contra seus inimigos,

Contra regimes autoritários ou injustiças sociais, o guerrilheiro acredita na luta armada para construir um novo mundo. Assim defende Fanon no livro *Os condenados da terra* (à esquerda). Acima, foto de membros das Farc na selva colombiana.

Frantz Fanon

OS CONDENADOS DA TERRA

Tradução de Paulo Sérgio de Oliveira
Revisão de Paulo Sérgio de Oliveira
Revisão de Alexandre Faria (2011)

1ª edição revista e atualizada





Acima, manifestação no Itamaraty, em outubro de 1962, defendendo o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos contra a influência do comunismo soviético.

que encontravam-se no interior do país e eram constituídos pelos próprios cidadãos. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional, política brasileira de caça aos inimigos internos, surge nas Forças Armadas a partir dos contatos com os militares norte-americanos, iniciado durante as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra. Sua elaboração e divulgação como discurso ideológico ficaram sob o comando da Escola Superior de Guerra (ESG),

No imaginário das democracias liberais do ocidente, o inimigo encontrava-se dentro de seus territórios, alimentado pela subversão comunista

a instituição que mais formou militares para os principais postos de comando da ditadura. Antes do golpe de 1964, a ESG já fazia a ponte entre empresários e militares e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), instituído em junho daquele ano. Assim fortalecia as estratégias de controle e repressão ao inimigo interno.

Em resposta à produção de ditaduras na América Latina, grupos de esquerda, em especial os partidos comunistas, passaram a debater sobre o melhor modo de continuar a luta política contra os regimes autoritários alinhados ao modelo político norte-americano. É quando um evento histórico tem forte impacto no imaginário daqueles grupos e de milhares de jovens: a Revolução Cubana, em 1959. Comandada pelo líder estudantil e popular Fidel Castro e pelo revolucionário itinerante argentino Che Guevara, o movimento vitorioso em Cuba instalou entre as esquerdas a discussão da alternativa da luta armada e da necessidade de organização do processo revolucionário.

Além da Revolução Cubana, os movimentos nacionalistas e de esquerda tomaram outros acontecimentos revolucionários como referência para a luta contra as ditaduras e pela revolução socialista na América Latina. Por exemplo, a conquista de independência da Argélia, em 1962, os movimentos anticolonialistas da África e do mundo árabe e a guerra do povo vietnamita contra a potência militar norte-americana.



Os anos 1950 foram tempos em que havia uma divisão forte na sociedade, um antagonismo crescente que iria estourar na década seguinte. De um lado, o Brasil vivia o otimismo de uma burguesia nacional, beneficiada pelos investimentos dos grandes países capitalistas, e de crescimento da classe operária e suas demandas por direitos. Do outro, espalhava-se pelas ruas a luta pela reforma agrária. Entre outros movimentos, surgiram as Ligas Camponesas em Pernambuco e ganhou força o Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente no governo do presidente João Goulart.

Em 1964, com o apoio explícito do governo norte-americano e de parte de setores conservadores, como os partidos de direita e a Igreja Católica, além da grande imprensa, os militares associados a setores civis deram um golpe de estado derrubando João Goulart e encerrando os 19 anos de democracia (1945-1964). A força da ideia de revolução era tamanha que o movimento golpista se autodenominou “revolucionário” [Ver *RHBN* nº 83]. O Ato Institucional nº 1, editado pelas Forças Armadas em 9 de abril de 1964, estabelece por decreto a relação entre o governo e a vontade da nação: “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”.

À época já era clara a contradição entre o programa político dos partidos alinhados a Moscou, de cunho reformista – conciliação com as burguesias nacionais e etapas democrático-capitalistas no caminho para a Revolução – e a prática dos militantes, envoltos na atmosfera revolucionária imediata. No Brasil, surgem novos agrupamentos políticos, alguns de origem marxista, outros nacionalistas, influenciados pelos ares da luta revolucionária. Diante do acirramento da repressão, que atingiria patamar inédito com a publicação do Ato Institucional nº 5, em 1968, ganha corpo a luta armada contra a ditadura.

O revolucionário comunista Carlos Marighella publica, em 1966, sua carta de rompimento com o PCB e dá o tom da opção pela luta armada: “Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta. A saída do Brasil – a

experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultarem”.

Construía-se, a partir dali, um “sujeito revolucionário”, cuja figura mais universal foi a de Che Guevara – representante daqueles que não aceitavam viver sob a opressão de um regime autoritário ou diante de injustiças sociais. O que os fazia agir? O que os levou à luta armada, à revolução? Uma geração de jovens acreditou com todas as forças em um mundo igualitário e se dispôs, “com as consequências e implicações que daí resultarem”, a doar suas vidas por esse imaginário. Enquanto os partidos queriam a tomada do Estado e a construção de outro regime político, o sujeito revolucionário não aceitava o papel que o mundo capitalista lhe propunha, e apostava na construção de outras formas de relação humana.

Consentir com o esquecimento dessas memórias leva à renúncia de valores que a ditadura se esforçou para destruir. O novo Estado de direito, cuja existência dependeu em boa parte daquela luta, ainda não fez o reconhecimento necessário. **H**

EDSON TELES É PROFESSOR DE FILOSOFIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO E CO-ORGANIZADOR DE *O QUE RESTA DA DITADURA: A EXCEÇÃO BRASILEIRA* (BOITEMPO, 2010).



Saiba Mais

ALMEIDA, Criméia; TELES, Janaína; LISBOA, Suzana. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. São Paulo: Vozes, 1985.

Abaixo, bandeira norte-americana é queimada em protesto na frente do Consulado dos Estados Unidos, de Porto Alegre, em maio de 1967.



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO / ACERVO ÚLTIMA HORA

JEAN RODRIGUES SALES

Guerrilheiros na primeira viagem

Treinados em Cuba e com apoio de Brizola, ex-militares prepararam-se para inaugurar a luta armada em Caparaó. Ficaram no sonho



Fotografia publicada no jornal *O Correio da Manhã* mostra Brizola, no centro de terno, ao lado de João Goulart (último à direita), que apoiou a criação do Movimento Nacionalista Revolucionário.

MESMO SOB CENSURA, deu no jornal: sete homens presos no alto da serra do Caparaó portando armamentos e manifestos contra o governo. Era abril de 1967, e foi a primeira vez, desde o golpe civil-militar, que um movimento armado ganhou ampla repercussão na imprensa.

O grupo preso era formado por militares de baixa patente que haviam participado de movimentos reivindicatórios antes de 1964. Inicialmente, o governo procurou minimizar a importância dos acontecimentos, afirmando que a prisão “não afeta a segurança nacional nem revela um caráter

perigoso” e que o “Exército considera ridículo com apenas oito façam guerrilha”, como registra o *Jornal do Brasil* em 4 e 5 de abril daquele ano. Depois, começaram a surgir informações contrárias na mesma publicação. Declarações como a de que o Exército “está aos poucos fechando o cerco sobre os possíveis guerrilheiros” e que eles “foram vistos armados de metralhadoras, entre São João da Pedra Menina, na divisa dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro” apareceram na edição do dia 8 no JB.

O fato de aparecerem notícias de que havia um grupo armado em luta contra o regime, ainda que não se soubesse o número de pessoas envolvidas, representou um sopro de esperança para as diversas correntes que aspiravam por ações efetivas contra a ditadura. Quem eram, afinal, os guerrilheiros dos quais tanto se falava naquele abril de 1967? O que eles queriam? Representavam e como estampava a revista *O Cruzeiro* em 15 de maio de 1967, “uma vasta organização de guerrilha [que] está minando aquele estado [Minas Gerais] e, possivelmente, outras regiões do país”?

As respostas a essas indagações remetem a períodos anteriores ao golpe, tempo de radicalização das lutas políticas no governo João Goulart (1961-1964). Além de serem ex-militares, a maioria dos presos, condenados pela participação na guerrilha do Caparaó, tinha em comum a passagem por um movimento liderado por Leonel Brizola, a Ca-



Saiba Mais

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Internet

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Caparaó, a lembrança do medo*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Plinio-Ferreira-Guimar%C3%A3es.pdf

Filme

"Caparaó", de Celso Frederico (2007).

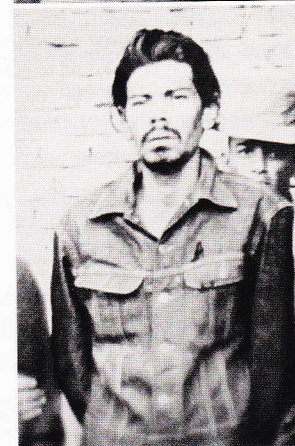
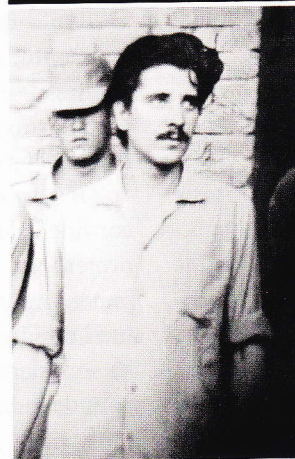
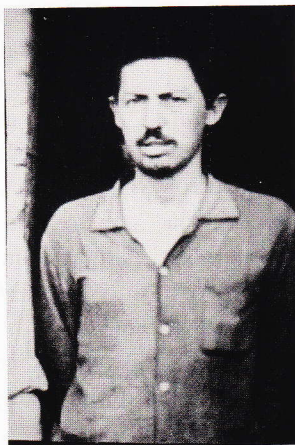
"Hércules 56", de Sílvia Da-Rin (2006).

Na sequência, de cima para baixo, Araquem Vaz Galvão, Amaranito Jorge Rodrigues Morena, Jorge José da Silva e Amadeu Felipe da Luz Ferreira — todos "sufocados" pela polícia militar mineira na Serra de Caparaó, em Minas Gerais, no final da década de 1960.

da Legalidade, que garantiu a Goulart assumir a presidência em 1961 — ainda que com os poderes restritos pela implantação do regime parlamentarista. Eram sargentos e marinheiros que haviam ajudado no planejamento de uma possível guerra civil envolvendo os defensores de Goulart e os militares golpistas. Ao mesmo tempo, eles já participavam ativamente da clandestina Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFN) e do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército. Reivindicavam melhorias salariais, relações respeitadas por parte dos oficiais, direito ao casamento e ao exercício de cargos legislativos. Aproximaram-se ainda dos setores sindicais em suas reivindicações pela criação de uma Central Geral dos Trabalhadores, bem como de ações anti-imperialistas, contrárias às empresas multinacionais e aos Estados Unidos.

A politização dos subalternos das Forças Armadas ganhou projeção até colocar em risco, na visão dos oficiais, a quebra da hierarquia militar. Quando se consumou o golpe de 1º de abril de 1964, centenas de militares foram presos ou expulsos de suas corporações. Muitos deles, após cumprirem pena nos presídios militares, foram buscar apoio de Leonel Brizola, que estava exilado no Uruguai. Brizola procurava organizar um movimento de oposição ao regime ditatorial e acreditava poder repetir a experiência que havia garantido a posse de Goulart em 1961. Em Montevideu, uniu-se a militantes exilados de diversas tendências de esquerda, como Avelino Capitani, Amadeu Felipe de Luz Ferreira e Jelcy Rodrigues. Nascia, sob a sua liderança, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sigla que comandou a organização da guerrilha do Caparaó.

Os militantes sofreram forte influência da Revolução Cubana (1959), iniciada por um pequeno núcleo de combatentes liderados por Fidel Castro e Che Guevara [ver Infográfico,



pág. 38]. Instalado a princípio na Sierra Maestra, aos poucos o grupo expandiu suas forças até derrubar a ditadura do general Fulgêncio Batista (1901-1973). Esse processo, então batizado de *foquismo*, passou a ser apregoadado pelos revolucionários cubanos como válido para toda a América Latina. Quatro militantes do MNR haviam feito treinamento militar em Cuba. O próprio Brizola aderiu ao carisma dos dirigentes cubanos e à estratégia de luta armada. Dessa aproximação vieram recursos financeiros para a guerrilha que estava sendo organizada no Brasil.

A primeira tentativa de luta armada se deu no início de 1966, no Rio Grande do Sul, organizada pelo mesmo grupo comandado por Brizola. Foi alugada uma casa em Porto Alegre para guardar armas e materiais, enquanto se arregimentava o contingente de homens necessários. Três militantes fixaram residência no local para manter a fachada de normalidade. Dois outros foram enviados para fazer contatos no Rio de Janeiro com antigos participantes do movimento dos sargentos e marinheiros. Ao mesmo tempo, membros do MNR arregimentavam militares de quartéis da própria região porto-alegrense, entre os que haviam participado do movimento legalista de 1961. Os planos foram descobertos pela polícia depois da prisão de um militante.

O plano de guerrilha transferiu-se, então, para a serra do Caparaó, por sua localização estratégica entre Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Com apoio de Brizola, militantes do MNR começaram a chegar à região em novembro de 1966, instalando-se como criadores de cabra em um sítio da família de um deles. Quando o contingente de recrutados aumentou, subiram para o pico da serra para não serem vistos pela população. Os primeiros meses foram utilizados para transportar e estocar armas e alimentos. O grupo possuía

Abaixo, fotografia de integrantes do grupo de guerrilheiros da Serra do Caparaó, 1967.

fuzis, metralhadoras, dinamite e munição, ainda que não fossem equipamentos modernos.

Não tinham a pretensão de derrubar a ditadura militar sozinhos. Baseando-se na teoria do foco guerrilheiro, acreditavam que conseguiriam resistir ao cerco do Exército até a eclosão de outros movimentos de guerrilha e a intensificação da oposição nas cidades. Antes mesmo do início da luta, porém, diversos problemas já haviam derrotado esse projeto de luta armada. A começar pelo clima, com muita chuva, frio e umidade durante quase todo o ano. Havia também o problema do

Os policiais mineiros subiram a serra e chegaram ao pico de manhã. Encontraram os guerrilheiros dormindo. Não houve troca de tiros

estoque de comida, que foi infectado por ratos e levou alguns militantes a contraírem peste bubônica. Depois de vários meses, alguns membros do grupo questionaram se tinham realmente capacidade política e militar de continuar com a ação. As deserções iniciaram-se em março de 1967.

A população já vinha relatando à polícia a presença dos guerrilheiros. Os policiais observavam a movimentação à distância e, em 24 de março, prenderam dois militantes que haviam abandonado o grupo. No dia 29, um terceiro foi preso ao tentar descer até a cidade para comprar medicamentos. Ao descobrirem a origem e o objetivo da ação, os

policiais mineiros subiram a serra e chegaram ao pico na manhã do dia 1º de abril de 1967. Encontraram os guerrilheiros dormindo. Não houve troca de tiros. Nos dias seguintes, outros membros do grupo foram presos nas cidades vizinhas tentando subir a serra para se juntar aos companheiros. Chegaram ao fim, sem se concretizar, a primeira tentativa de luta armada contra a ditadura militar.

Os eventos do Caparaó coincidiram com o fim do movimento da guerrilha na Bolívia – liderada por Che Guevara, conforme se descobriria depois – que recebia ampla cobertura da imprensa brasileira. Talvez essa coincidência tenha levado o Exército a adotar ao duplo discurso registrado pela imprensa: minimizar a importância da guerrilha no Brasil, evitando a expansão de sua influência para outras áreas do país e, depois, sobrevalorar os seus efetivos, para justificar a repressão.

Os participantes da guerrilha do Caparaó consideraram a experiência uma derrota para o projeto da luta armada, afinal, cumpriram o papel importante: denunciaram ao país que existia uma ditadura liderada por militares e que setores da sociedade estavam dispostos a pegar em armas para derrubá-la. **H**

JEAN RODRIGUES SALES É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E AUTOR DE A LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR: A ESQUERDA BRASILEIRA E A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO CUBANA (PERSEU ABRAMO)





WILMA ANTUNES MACIEL

Em fuga pela revolução

Comandados por Lamarca, guerrilheiros enfrentaram emboscadas e tiroteios na tentativa de escapar de cercos no interior de São Paulo

DEZENOVE GUERRILHEIROS dispostos a enfrentar a ditadura. Um campo de treinamento secreto. Cercos armados por policiais locais, PMs e homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Durante dois meses no começo de 1970, o Vale do Ribeira, interior paulista, foi cenário de perseguições, emboscadas, fugas, tiroteios, prisões, torturas e uma execução – eventos até hoje presentes na memória dos moradores.

Comandados pelo capitão Carlos Lamarca (1937-1971), os homens que arriscaram suas vidas naquela região acreditavam que a revolução começaria pelo campo. Segundo eles, os trabalhadores rurais eram os mais explorados pelo sistema capitalista e os mais reprimidos em suas lutas sociais. Era preciso, então, organizar a guerrilha rural. Foi com esse objetivo que a organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) deslocou-se para o Vale do Ribeira. O plano se resumia em treinar guerrilheiros. A efetiva implantação das guerrilhas rurais se daria em outros locais. Mas a descoberta da área pelas forças de repressão forçou um confronto real, e o campo de treinamento virou campo de combate, colocando à prova o objetivo que buscavam.

Participavam do treinamento três ex-militares e 16 civis. A maioria era formada por jovens militantes da VPR, vindos do movimento estudantil de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O sítio comprado ficava próximo à cidade de Jacupiranga, e inicialmente alguns militantes viveram lá se

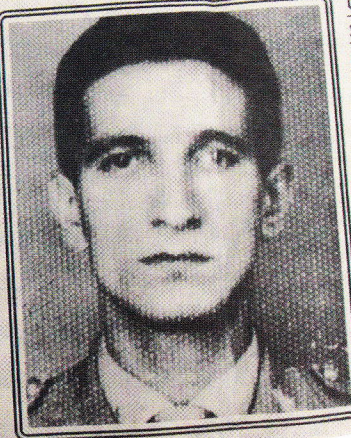
passando por lavradores, a partir do final de 1969. Organizaram-se em dois grupos: a base Carlos Roberto Zanirato e a base Eremias Delizoikov, que formavam o núcleo Carlos Marighella. Os nomes das bases e do núcleo homenageavam militantes mortos pela repressão.

A rotina era rígida, com marchas de 18 quilômetros por dia carregando mochilas de 30 quilos, exercícios de tiro, de manejo e conservação das armas. A disciplina exigia um guerrilheiro sempre pronto para o combate. Também organizaram grupos de estudo. Liam e discutiam documentos da

Em 1969, Carlos Lamarca era um dos guerrilheiros mais procurados pelos militares. Menos de dois anos depois, foi assassinado pela Operação Pajussara do Exército, no interior da Bahia.

ASSASSINO!

**TODOS
CAÇAM
ÊSTE
HOMEM**



Uma vasta rede policial se espalha por todo o País, para caçar o ex-capitão Carlos Lamarca, apontado como autor de furto de armas do Quartel de Quitauna e reconhecido como assassino a sangue frio de um guarda-civil. Outros 19 elementos, cujas fotos vão estampadas na pag. 5, estão sendo igualmente procurados, como responsáveis por uma série de assaltos a bancos e atentados terroristas praticados em São Paulo



Saiba Mais

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2000.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarin, 1996.

Filme

"Lamarca", de Sergio Resende, 1994.



Vista aérea da cidade de Cananéia, região do Vale do Ribeira, na década de 1970.

organização e livros de autores diversos, como Karl Marx, Paul Sweezy, Adolfo Sanches, Josué de Castro, Isaac Deutscher, Che Guevara e Ernest Hemingway, além de manuais e guias de sobrevivência.

Em fevereiro de 1970, causou apreensão entre os guerrilheiros a notícia de um acidente de automóvel envolvendo o militante Mario Japa, codinome de Chizuo Osawa, que acabou preso com armas e documentos da VPR. Todos sabiam que ele estava sendo torturado na Operação Bandeirante (Oban) – um centro de informação, investigação e tortura montado pelo Exército em 1969, com o envolvimento de empresários brasileiros e até de multinacionais.

A solução encontrada pela VPR foi promover um sequestro para livrar Mario Japa da prisão. Um comando da Vanguarda juntou-se aos militantes da organização Rede Democrática (Rede) e

do Movimento Revolucionário Tiradentes (MR) e sequestrou o cônsul japonês em São Paulo, Tetsuo Okuchi. Aproveitaram para pedir também a libertação de mais quatro militantes e três crianças – filhos da prisioneira Damáris Lucena, que também era mãe de Ariston Lucena, um dos que estavam no Vale. Embora o sequestro tenha sido bem-sucedido, o cerco se apertava. Outras prisões se sucederam até que, em 17 de abril, o Centro de Informações do Exército (CIE) comunicou ao Exército a existência do campo de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira.

A movimentação policial na região logo foi percebida por Lamarca, que avisou seus comandantes. Do posto de vigia, acompanharam a chegada de caminhões com tropas, aviões e helicópteros fazendo voos rasantes. Antes do final de abril, os guerrilheiros estavam completamente cercados, com todas as saídas fechadas. Decidiram não romper o cerco, pois possuíam bons mapas e conheciam bem a região. Enveredaram-se pelo mato.

Na pequena cidade de Barra do Areado, apresentaram-se à população como caçadores e alugaram um caminhão para ir até Eldorado Paulista. No entanto, foram denunciados pelo filho do dono do veículo alugado e enfrentaram um tiroteio na plena praça de Eldorado. Mesmo com um dos militantes feridos, conseguiram fugir em direção a Sete Barras. Ao chegarem às proximidades do Vale do Ribeira de Iguape, foram surpreendidos por um loteamento com 38 soldados. Da carroceria do caminhão, os guerrilheiros iniciaram um tiroteio contra o caminhão dos soldados da Polícia Militar, e com uma rajada de fuzil FAL partiram o veículo dos militares em dois. Assim capturaram 18 prisioneiros, dez deles feridos.

O que aconteceu com os guerrilheiros

Dos que ficaram no Vale, Darcy Rodrigues, José Nóbrega, José Lavecchia e Edmauro Gopfert partiram para o exílio. Lavecchia tentou retornar ao Brasil em 1974, com esperanças de reorganizar a guerrilha no campo, mas foi assassinado. O jovem Ariston Lucena, preso em São Paulo, teve seu nome negado na lista de presos a serem libertados com o sequestro do embaixador da Suíça. Condenado em primeira instância à pena de morte, teve a sentença reformada para prisão perpétua e depois para 30 anos de reclusão, graças a um recurso no Supremo Tribunal Federal

(STF). A mesma pena teve Diógenes Sobrosa, também revista para 30 anos após recurso. Ambos saíram da prisão em 1979, por meio da Lei da Anistia. Yoshitane Fugimori, que se destacara como combatente, foi assassinado em São Paulo. Nos documentos da repressão consta que, em 5 de dezembro de 1970, ele foi ferido e preso, e que morreu na Oban. Não se sabe se sobreviveu por mais alguns dias, mas certamente morreu neste mês de dezembro. O capitão Lamarca foi morto no sertão da Bahia em 1971, quando tentava organizar a guerrilha no campo.



Lamarca pediu para falar com o comandante, e propôs um acordo ao tenente Alberto Mendes Junior: aos guerrilheiros caberia cuidar dos feridos e não executar ninguém. Em contrapartida, o tenente deveria levantar o bloqueio em Sete Barras. Mendes, perante a sua tropa, compromete-se a cumprir os termos da rendição.

Os feridos foram levados para um hospital em Sete Barras e, segundo depoimentos dos soldados nos processos, mostravam-se surpresos por estarem sendo tratados com respeito. Esperavam ser fuzilados e eram socorridos, os guerrilheiros explicavam a sua luta, diziam que nada tinham contra soldados que apenas obedeciam ordens.

O tenente acompanhou os feridos e dois guerrilheiros num carro, que acabou atolando. Os militantes, então, deixaram os feridos com o tenente e saíram em busca de ajuda. Como não conseguiram meios para prosseguir, voltaram para a estrada, encontrando o tenente voltando do local onde o haviam deixado. Os feridos haviam sido levados por outro veículo que viera pela estrada. O tenente voltou por conta própria e garantiu que não havia bloqueio em Sete Barras. Os guerrilheiros prosseguiram na caminhada e colocaram o tenente na frente da fila indiana, alertando: "se houvesse emboscada, ele seria o primeiro a tombar." Na entrada da cidade, porém, viram-se cercados por todos os lados. O grupo conseguiu escapar por um braço da serra, mas dois companheiros se perderam. Na confusão, aconteceu um episódio de fogo amigo: julgando saber a posição dos oponentes, soldados da Polícia Militar abriram fogo, ao que o Exército respondeu na mesma medida, dando-se então um tiroteio entre as forças da repressão.

Depois da emboscada, restavam apenas cinco guerrilheiros, que se revezavam para vigiar o tenente Mendes, levado como refém. O oficial foi julgado culpado por um tribunal revolucionário, sob a acusação de traição por ter rompido o acordo e tê-los encaminhado para uma emboscada. A decisão final foi tomada por Lamarca, Yoshitane Fugimori e Diogênes Sobrosa de Souza. Havia também o receio de que o militar denunciase a posição do grupo. O tenente Alberto Mendes Junior foi então executado a coronhadas por Fugimori e Sobrosa, e enterrado.

Fugindo debaixo de chuva, Lamarca resolveu permanecer dentro do cerco tático. Faminto, o grupo chegou a pedir que um casal comprasse comida para eles, mas o homem foi preso e torturado pelos militares, revelando informações sobre

os guerrilheiros. Decidiram, então, não mais fazer contato com as pessoas. No final de maio, conseguiram tomar um caminhão do Exército, prendendo os soldados e o sargento na carroceria. Vestidos com as roupas dos militares e de posse da senha por eles informada, passaram pela barreira da polícia e, enfim, conseguiram fugir para a capital paulista.

O conhecimento do capitão Lamarca sobre o tipo de movimentação militar empregada foi fundamental para romperem o cerco. Segundo Ariston Lucena, parte do êxito da fuga deveu-se também a Fugimori, que era um excelente mateiro e ótimo atirador, assim como Lamarca. Essas virtudes e a capacidade de fuga dos militantes povoam até hoje a memória de antigos moradores. Há até quem diga que Lamarca não morreu e que ainda pode estar por lá, em algum canto da mata.

A experiência do Vale do Ribeira reforçou a confiança dos guerrilheiros na viabilidade da luta no campo. Aqueles meses haviam mostrado a importância do empenho dos combatentes e do conhecimento local. Um pequeno grupo bem treinado "vencera" um grande contingente de soldados despreparados e no geral pouco dispostos a arriscar a vida para perseguir um grupo de guerrilheiros.

Antes das derrotas definitivas, a esquerda armada ainda sonhava alto. **H**

WILMA ANTUNES MACIEL É PROFESSORA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO E AUTORA DE *O CAPITÃO LAMARCA E A VPR: REPRESSÃO JUDICIAL NO BRASIL* (ALAMEDA EDITORIAL, 2006).

O transporte de armamentos da cidade para as regiões de guerrilha no campo era uma das principais dificuldades encontradas pelos revolucionários. Muitos foram presos nas estradas com o chamado "material subversivo". Na foto, armas apreendidas em 1969 na Rua Paissandu, Rio de Janeiro.



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO/ACERVO ÚLTIMA HORA



PATRICIA SPOSITO MECHI

Contra a revolução, a barbárie

A Amazônia foi cenário de um dos mais brutais episódios da ditadura militar: a Guerrilha do Araguaia

Mais de 40 anos após o massacre no Araguaia, Sebastião Curió, coronel da reserva do Exército acusado pelo crime de sequestro de cinco ex-integrantes da Guerrilha, abriu o arquivo secreto que mantinha em sua residência na região de Marabá, no Pará.

O SONHO DE LIBERDADE tinha um horizonte bem demarcado para se concretizar. Era na Amazônia – na trílice fronteira entre Pará, Maranhão e Goiás (atualmente Tocantins) – que dezenas de jovens e militantes de esquerda, vindos dos grandes centros urbanos, esperavam ver surgir a Revolução Socialista no Brasil. Para isso, estavam dispostos a pegar em armas para lutar por ela.

Em meados dos anos 1960, o contexto não poderia ser pior para esse idealismo transformado em guerrilha. Sob a ditadura militar desde 1964 e com todos os canais democráticos de expressão

fechados (imprensa censurada, manifestações proibidas), a perseguição do Estado aos opositores do regime era efetivada por prisões, torturas e assassinatos de militantes, operários, estudantes, camponeses e outros acusados de subversão, comunismo ou incitação ao desordem. A Guerrilha do Araguaia (1972-1976) foi mais um capítulo desse tenebroso período.

Todos os envolvidos eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) fundado em 1962, a partir de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB), e defensores de uma revolução imediata.



via da luta armada, se fosse necessário. A partir de 1966, o PCdoB passou a enviar para o Araguaia jovens militantes das cidades. Eles tinham que aprender a viver como os camponeses, conhecer profundamente seu modo de vida e a região, além de criar laços de amizade e solidariedade com os moradores. Era fundamental, nessa estratégia, que conseguissem envolver os camponeses na luta armada. Eles comporiam a força do exército popular de libertação que o partido pretendia organizar.

Durante cerca de seis anos, os militantes circularam livremente e puderam organizar a estrutura militar da guerrilha: criaram três destacamentos e uma Comissão Militar – órgão dirigente da luta no campo –, além de diversos pontos de apoio onde estocavam alimentos, remédios e munição. Produziram croquis identificando locais onde poderiam acampar e abriram trilhas longe dos caminhos normais de passagem. Ao todo, 69 militantes do PCdoB se deslocaram para o Araguaia. Mas os planos do Partido eram muito maiores. A ideia era organizar outros destacamentos militares, criar pontos de apoio e recrutar camponeses para a formação de um Exército.

A presença de “gente estranha” na área já era de conhecimento do governo, ao menos, desde 1971. Em princípio, cogitou-se que fossem contrabandistas, “terroristas” procurados nas cidades ou até mesmo um grupo de *hippies*. E foi sem saber ao certo com quem lidava que o Exército organizou sua primeira campanha contra a Guerrilha do Araguaia. No dia 12 de abril de 1972, entrando por São Domingos do Araguaia, no Pará, cerca de 20 militares atacaram o “peazão”, principal Ponto de Apoio (PA) do destacamento A da guerrilha, mas não conseguiram prender ninguém nessa primeira investida pois uma parte do material foi retirada antes do ataque. Também na segunda campanha, em setembro e outubro de 1972, as Forças Armadas não tiveram sucesso. Nem poderiam: não tinham dados precisos sobre o inimigo que estavam enfrentando, não sabiam sua localização, o número real de combatentes e não tinham certeza da identidade de muitos deles. Imaginava-se até que Carlos Marighella, morto em 1969, estivesse na área.

Os fracassos iniciais do Exército motivaram ainda mais guerrilheiros, como Maurício Grabois (1912-1973), um dos fundadores do PCdoB e comandante da guerrilha, que em seu diário comemorou o acerto da estratégia no Araguaia. Enquanto isso, entre os militares, ficava evidente a necessidade de mudanças. Até então utilizavam, por exemplo, tropas de soldados fardados, muitos deles inexperientes e recrutados na própria região.

Após um ano de tentativas frustradas de elimi-

nar os guerrilheiros, os militares iniciaram um longo trabalho de inteligência, que visava colher o maior número possível de informações antes do próximo ataque. Para a última e decisiva campanha repressiva, houve a participação da “comunidade de informações”: militares andavam descaracterizados, deixavam a barba e o cabelo crescer e circulavam disfarçados pela área – passavam-se por técnicos agrícolas, funcionários de órgãos estatais e comerciantes. Com essa “cobertura”, misturavam-se e colhiam informações junto aos moradores locais.

Outra forma recorrente de colher informações era prendendo e torturando camponeses – muitos dos quais ainda estão

“desaparecidos”. Em outubro de 1973, às vésperas dos ataques finais à guerrilha, o Exército promoveu um “arrastão” e prendeu aproximadamente 300 pessoas. Alguns foram colocados em valas de três metros nas bases militares, que foram fechadas com grades de ferro. Era o “buraco do Vietnã”, uma forma de tortura que pode ter sido usada em outras áreas rurais além do Araguaia. Consistia em um buraco com uma grade de ferro por cima, onde o preso era colocado junto com animais rasteiros – como insetos (formigas, aranhas, besouros) e animais não peçonhentos, como o calango – e ali permanecia por dias, tomando sol e chuva. Sua alimentação e suas necessidades fisiológicas eram realizadas ali.

A terceira campanha militar contra a guerrilha foi um cenário de intensa brutalidade por parte do Exército. É dessa fase a maior parte dos relatos de camponeses sobre as torturas e prisões que sofreram. A violência servia não apenas para conseguir informações



Saiba Mais

NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

Filmes

“Camponeses do Araguaia: a Guerrilha vista por dentro” (2010), de Vandrê Fernandes

Sites

Fundação Maurício Grabois
www.fmauriciograbois.org.br

Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia
<http://camponesesdoaraguaia.blogspot.com.br/>

Fotografia de 1961 de Orlando da Silva, o “Osvaldão”, um dos primeiros que chegaram à região do Araguaia. Após ser assassinado, ele teve seu corpo exibido à população pelos militares.

O Estado condenado

Pela guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, por não ter punido os responsáveis pela morte e desaparecimento de 62 pessoas. A sentença determina que o Estado brasileiro realize todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas, identificar e entregar os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento médico, psicológico e psiquiátrico quando necessário. Uma das dificuldades para a realização do trabalho de busca é a ausência de pessoas vivas que se lembrem como era a mata há 40 anos, para

indicar os locais de sepultamento dos guerrilheiros.

Hoje, grupos de trabalho visitam a região em busca dos restos mortais dos militantes assassinados. Sobre a localização e o destino de restos mortais, há muita desinformação. Fala-se que os corpos foram abandonados na selva, que foram recolhidos após o fim da guerrilha e queimados na Serra das Andorinhas, transportados para outros locais do país, ou que estariam enterrados no cemitério de Xambioá. Alguns militares indicam locais onde supostamente se encontrariam os restos mortais de guerrilheiros. Mas nunca se encontrou nada a partir das informações de um militar.

junto aos camponeses, mas também para intimidá-los, para que não colaborassem de nenhuma forma com os guerrilheiros. Além dos ataques físicos e psicológicos, o Exército minou seus meios de vida. Para matar a guerrilha de fome, queimava roças e alimentos estocados nos paióis, impedia o plantio e a colheita. Muitos camponeses, sem ter como sobreviver, deixaram a região. Alguns retornaram mais tarde e descobriram que suas antigas posses haviam se tornado parte de grandes fazendas.

Alguns moradores foram recrutados como guias do Exército: iam à frente, guiando os militares pela mata. Não era possível recusar-se a realizar essa atividade sem sofrer consequências. Muitos desses guias foram presos e torturados para aceitar a função.

O ataque decisivo ocorreu no Natal de 1973. É lembrado entre os militares como o “chafurdo de Natal”. Tratou-se de uma execução, pois os guerrilheiros já não ofereciam condições de resistência, não havia mais destacamentos, comissão militar ou pontos de apoio. Os poucos guerrilheiros ainda vivos tentavam se esconder na selva, maltrapilhos, sem alimentos e doentes. Em fevereiro de 1974, os militares estimavam que houvesse restado cerca de 20 guerrilheiros nessas condições, que foram caçados ao longo de todo o ano.

A ordem era para que não houvesse sobreviventes. Alguns guerrilheiros foram vistos presos nas bases militares e hoje integram as listas de “desaparecidos”, outros foram degolados.

Um dos guerrilheiros, em especial, alimentou diversas lendas: Osvaldão. Primeiro a chegar à região,

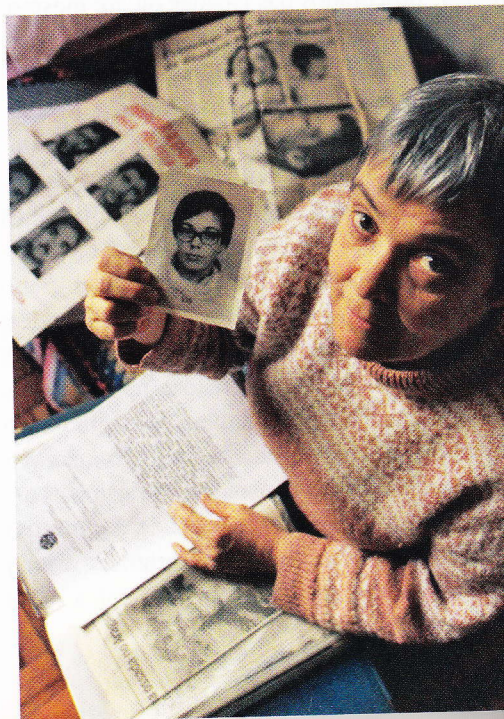
o mineiro de Passa Quatro destoava de todos: negro, medindo 1,98m de altura, estudara engenharia na Tchecoslováquia e fora campeão de box amador por Fluminense. Tratava-se de um militante do PCdoB, extremamente treinado, comandante do destacamento um dos que mais aprofundaram os laços de amizade com os moradores locais. Os camponeses diziam que Osvaldão tinha o corpo fechado. Conta-se que uma patrulha do Exército o localizara numa casa e a metralhara de modo a garantir a morte de quem estivesse lá dentro. Ao entrarem, viram apenas uma sombra no chão, mas nenhum corpo.

Osvaldão foi assassinado ao ser surpreendido descansando num barranco. Segundo a lenda local, só foi possível matá-lo porque o guia dos militares na ocasião era um conhecido macumbeiro da região, Arlindo Piauí, que teria retirado a proteção mágica de Osvaldão. Cientes das crenças populares em torno do guerrilheiro, os militares resolveram desfazer o mito: amarraram seu corpo e sobressaíram a cidade de Xambioá para que os moradores vissem que estava morto.

Estima-se que, nas três campanhas na região, o Exército tenha empregado cerca de 10 mil homens para reprimir a Guerrilha do Araguaia. Passados mais de 40 anos, ainda é um episódio que movimenta a sociedade na luta por esclarecimentos e pela responsabilização do Estado pelos crimes cometidos.

Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, foi presa e torturada mesmo grávida de oito meses. Hoje, aos 57 anos, reivindica do Estado o paradeiro do corpo de seu marido Andre Graboys, desaparecido desde a Guerrilha.

PATRICIA SPOSITO MECCHI É PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E AUTORA DA TESE “PROTAGONISTAS DO ARAGUAIA: TRAJETÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE CAMPONESES, MILITANTES E MILITARES NA GUERRILHA” (PUC-SP, 2012).





APOLO HERINGER LISBOA

Cavaleiros sem esperança

Ligados ao comunismo internacional, Prestes e o PCB deixaram de ser referências para guiar os revolucionários pós-1964

CONSAGRADO NA DÉCADA DE 1920, com o título de Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes (1898-1990) conheceu bem a situação da população brasileira quando esteve no comando da Coluna guerrilheira. Isso o ajudou a moldar o imaginário da justiça social, o aproximou dos comunistas e, na sequência, levou o Cavaleiro a assumir a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por aclamação e vontade de Moscou.

Líder do Movimento Tenentista, Prestes tinha como ideário exigir a concretização dos compromissos sociais e nacionais que se esperavam de uma República, no contexto da urbanização, industrialização e da crise da economia agrário-exportadora no Brasil. O movimento denunciava os métodos servís nas relações de trabalho, herdados da escravidão, e os vícios do processo eleitoral ainda sem urna indevassável. O voto era montado nas “marmitas”, envelopes que a população recebia do “coronel” político da região com cédulas contendo os nomes dos candidatos locais que deviam ser depositadas na urna, configurando os “currais eleitorais”.

Em 1935, Prestes comandou a frustrada tentativa de sublevar os quartéis para derrubar Getúlio Vargas e criar uma República Comunista, o que lhe valeu, mais tarde, anos de prisão. Libertado apenas em 1945, mudou de estratégia política e foi eleito senador. Essa “lua de mel” durou pouco, pois os comunistas eleitos perderam os seus mandatos durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), alinhado aos Estados Unidos naqueles

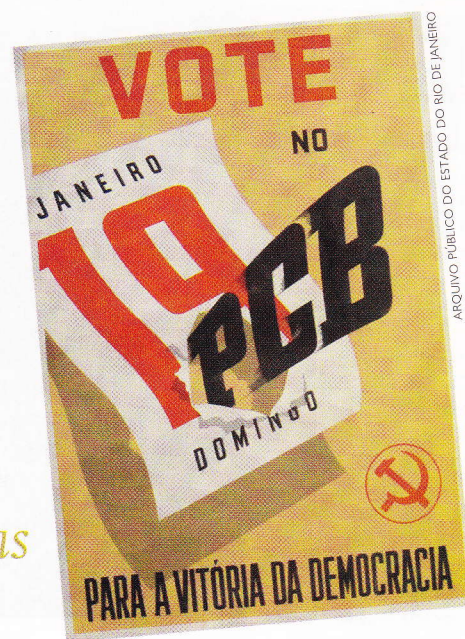
tempos de Guerra Fria. A legalidade só voltou no segundo governo Vargas (1951-1954), e durou até o golpe de 1964. O prestígio do Partido Comunista e de Prestes ruiu junto com o governo de João Goulart, no sentimento e na avaliação da juventude de esquerda que surgia.

Desde a Proclamação da República, em 1889, a legalidade sempre foi muito frágil no Brasil, em razão das desconfianças na democracia – tanto de parte da “esquerda” quanto da “direita”. Era grande a dúvida sobre a serventia da democracia no trato das questões sociais, da renda e da propriedade, daí o medo ou a rejeição a uma vitória popular nas urnas, o que acabou minando o sistema eleitoral e produzindo espécies de violência política.

A nova geração não conhecia as lutas do povo brasileiro nos séculos passados. Sabia mais sobre a história da Rússia, da China e de Cuba

Há certa analogia nos anos 1960 quando Cuba e Vietnã se tornaram exemplos de lutas contra-hegemônicas com apelo às armas, envolvendo outra geração. Movimentos como o dos *hippies*, negros e mulheres assumiram postura questionadora desafiando os partidos comunistas, o capitalismo, os hábitos sociais e as guerras. Prestes, exilado na distante e fria União Soviética, via seu partido se desintegrar em benefício de um movimento guerrilheiro que já antes de 1964 criticava a tese política do PCB de

Cartaz de propaganda comunista apreendido pela polícia política do governo Eurico Gaspar Dutra em 1947. Na década de 1960 a defesa da democracia iria render ao PCB profundas críticas por parte da esquerda revolucionária.





Saiba Mais

KAUTSKY, K.; LENIN, V. *Kautsky: A ditadura do proletariado*; Lenine: *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

NETO, Lira. *Getúlio. Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Leia no site da **Revista de História**: "Uma epopeia brasileira", de Anita Leocádia Prestes www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/uma-epopeia-brasileira

No alto, desenho do líder bolchevique Vladimir Lênin que foi utilizado em panfletos de propaganda comunista no Brasil entre os anos de 1940 e 1960.

Abaixo, Luiz Carlos Prestes (de barba) durante seu julgamento em 1937.



aliança com um governo democrático reformista. Essa esquerda foi produto do fim da hegemonia do *partidão* e dos rachas do movimento comunista internacional; e não tardou a colocar na ordem do dia o recorrente dilema entre revolução e reformas.

Acusados de reformistas e de incapazes de liderar a resistência popular ao golpe, o PCB e Prestes viram seus louros espezinhados pela juventude irreverente e atirada, como haviam sido eles próprios em um passado nem tão distante.

Os passos de Prestes precisam ser analisados no contexto mundial inaugurado pela Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia, onde três deliberações básicas tiveram impacto universal: eliminar

a monarquia e o sistema agrário tradicional, que sustentava a tirania e a miséria social; suprimir a burguesia enquanto classe e possível aliada do campo democrático; fazer o planejamento total e executar o desenvolvimento do país, via partido único da revolução.

Prestes e o PCB subordinavam-se às decisões teóricas e práticas do comitê central do Partido Comunista da União Soviética. Situação que deve ter inibido o desenvolvimento de uma elite intelectual brasileira na política e nos movimentos sociais, ao longo das décadas em que o partido foi hegemônico e teve grande influência nas fábricas e universidades, nos meios intelectuais e artísticos. O antigo PCB cresceu carente de autonomia política e intelectual.

Quando a nova geração de militantes iniciou suas ações armadas, em 1967, não conhecia com a profundidade necessária as lutas do povo brasileiro nos séculos passados – como a resistência negra e indígena à escravidão, os conflitos políticos do Império, as lutas pela Independência e os acontecimentos da República. Os revolucionários sabiam mais sobre a história da Rússia, da China e de Cuba, e acompanhavam os debates na Europa em torno da Revolução Francesa (1789-1799), da classe operária e do marxismo.

A resistência guerrilheira do período pós-1964 ressentiu-se da ausência de estudos políticos consistentes sobre o Brasil. O PCB não produziu estudos políticos sérios sobre estratégia e tática. Apesar dos "valores pétreos" de disciplina e unidade, encarnavam a indigência teórica ligada ao



ARQUIVO NACIONAL / FUNDO CORREIO DA MANHÃ



método leninista e stalinista de análise e reflexões que importavam. Um exemplo dessa formação foi a maneira como chegou até aqui, depois dos anos 1920, a polêmica entre Lênin, chefe da revolução russa, e o grande teórico marxista alemão Karl Kautsky, presidente da II Internacional Comunista – associação internacional que coordenava as ações do movimento comunista que se tornou um organismo mundial poderoso de controle dos partidos comunistas, com sede em Moscou.

Por ocasião da revolução de 1917 na Rússia, Kautsky escrevera uma crítica ao conceito de “Ditadura do proletariado”, título do seu livro. Lênin retrucou com “O Renegado Kautsky”, atacando-o vigorosamente. Embora se tratasse de um debate essencial, toda a militância só lia a resposta de Lênin, ninguém se perguntava pelo livro de Kautsky. Já em 1917, o teórico alemão questionava a possibilidade de a Rússia saltar do seu sistema econômico agrário servil para o comunismo, num país gigantesco, arrasado pela Primeira Guerra, dominado pelos bancos ingleses e alemães e com seu pequeno proletariado concentrado em Petrogrado. Mas, com livros e folhetos martelando em favor de sua verdade única, o stalinismo fazia a catequese “científica” em nome da unidade como valor maior e dos interesses da pátria do socialismo, a Rússia.

No Vietnã e na China, os líderes Ho Chi Minh e Mao Tsé-Tung tiveram dificuldades em convencer o Partido Comunista da União Soviética da necessidade de valorizar o caráter nacional, democrático e anti-imperialista de suas revoluções comunistas. O Partido Comunista Francês chegou a apoiar a guerra da França contra a revolução pela libertação da Argélia, nas décadas de 1950 e 1960, porque aquela não era uma luta proletária. Afinal, com a vitória do comunismo na França, diziam, as colônias também seriam comunistas! Independência para quê?

Com a revolução, a Rússia conseguiu se libertar do czarismo, do controle dos bancos europeus e do seu incipiente capitalismo, como pretendia Lênin, mas acabou criando o capitalismo de Estado e impondo uma ditadura terrível ao país, a um alto custo social e em detrimento da construção democrática, dando razão a Kautsky, sobretudo depois da ruptura do bloco soviético nos anos 1980 e 1990. Esse fenômeno é muito comum: os revolucionários e os países pensam fazer uma coisa, mas realizam outra, de acordo com as situações reais com as quais precisam lidar, gerando *a posteriori* a consciência com a experiência da vida.



Com a trajetória de Luiz Carlos

Prestes não foi diferente. Nem com a geração que se empenhou na guerrilha após o golpe militar de 1964. O PCB deixou de exercer papel maior na revolução de 1930 por se deixar levar pela bandeira do “internacionalismo proletário” soviético. Em vez de aproveitar o enorme potencial de Prestes, deseducou-o. Prestes se recusou em 1929 a participar da direção da Aliança Liberal por se considerar um comunista. Longe do pensamento revolucionário comunista, pragmático, Getúlio Vargas tornou-se o arquiteto das maiores conquistas operárias no Brasil dentro do sistema capitalista, até hoje.

No caso da guerrilha pós-1964, foram abandonadas as bandeiras democráticas, consideradas de origem burguesa – produtos da Revolução Francesa, por exemplo. Hoje predomina entre os remanescentes dessa geração guerrilheira a ideia fatalista

O Partido Comunista Francês chegou a apoiar a guerra contra a luta de libertação da Argélia, por não ser uma luta proletária que ameaçava a França

de que nenhuma alternativa era possível. Mas isso se diz agora, após a derrota. Antes se pensava na vitória em curto prazo. Em geral, a esquerda não faz autocrítica como prática teórica – prefere narrar os eventos *a posteriori*, de forma autotolerante, e oscila há décadas entre revolução e reformismo. **H**

APOLO HERINGER LISBOA É MÉDICO, AMBIENTALISTA, EX-GUERRILHEIRO DAS ORGANIZAÇÕES POLOP, COLINA E VARPALMARES E AUTOR DE *ESCÂNDALO NO ARRAIAL DAS FORMIGAS* (COOPERATIVA EDITORA E DE CULTURA MÉDICA, 1989).

A estratégia do PCB de chegada ao poder pela via das urnas levou o partido à conciliação com diferentes grupos, dentre os quais os católicos, como mostra o cartaz acima.